

Consolidado das teses apresentadas para



**Encontro Estadual de Combate
ao Racismo do PT de São Paulo**

Índice

Tese da Chapa “O Combate ao Racismo em Tempos de Guerra”	03
Tese da Chapa “Coragem para Construir o Futuro!”	06
Tese da Chapa “Aquilombar para enfrentar o racismo em SP, com Tiago secretário estadual!”	11
ANEXO I – BALANÇO.....	32
Tese da Chapa “Enegrecer o PT para enegrecer São Paulo!”	38
Tese da Chapa “RESILIÊNCIA, O POVO NEGRO RESISTE”	40

NAS RUAS E NAS URNAS, COM RAÇA E COM CLASSE

Combate ao racismo, ao fascismo e ao capitalismo no Brasil

A crise econômica de 2008 é uma crise do capitalismo neoliberal. Diante disto, amplos setores do capital reagiram com uma inflexão à extrema direita para sustentar a continuidade e a radicalização das mesmas políticas econômicas que geraram a crise.

De um lado, dilapidação do patrimônio público através de privatizações e desmonte de políticas sociais e do Estado, ampliando a presença do capital na economia e desregulamentando-a.

De outro, precarização, arrocho salarial e retirada de direitos trabalhistas e previdenciários, para reduzir o custo do trabalho. A burguesia impõe aos trabalhadores o custo da crise que ela mesma criou.

No Brasil, o golpe contra Dilma Rousseff e a prisão sem provas do ex-presidente Lula - candidato que venceria as eleições - foi o caminho escolhido pelas direitas para a implementação do ultraneoliberalismo. O golpe de 2016 conjugou as políticas definidas pelo imperialismo e pela burguesia branca brasileira. A natureza classista e racista do golpe pode ser medida pelos sistemas financeiros e econômico, sob o controle de brancos (as), e igualmente pelos meios de comunicação, parlamento, STF, forças armadas, que são estruturas brancas, racistas, profunda e sistemicamente implicadas com o golpe de 2016.

Em seguida, para impor as políticas excludentes do Capital, a extrema direita se viabiliza contra a chamada direita tradicional e vence as eleições de 2018, instaurando um governo protofascista em nosso país.

Em 2020, a pandemia instala no Brasil a maior crise sanitária de nossa história, somando-se às reformas neoliberais para o agravamento da crise econômica. O país volta a conviver com a fome, a pobreza extrema, a inflação e o desemprego.

Raça e classe no centro do debate

Durante o colonialismo, toda a acumulação que forjou as riquezas dos países economicamente mais desenvolvidos foi viabilizada por um modelo de exploração do trabalho que tinha o racismo contra negros e negras como um pilar fundamental.

O advento do trabalho livre pós-Abolição também não significou igualdade nem mesmo entre trabalhadores, uma vez que o racismo seguiu sendo critério de subalternização de negros e negras. Capitalismo e racismo historicamente andaram de mãos dadas.

Nos marcos do ultraneoliberalismo, plataforma que unifica as direitas tradicional e extrema, o racismo se reproduz e amplia seus efeitos devastadores condenando a população negra ao desemprego, aos piores postos de trabalho e aos piores salários.

Em um ambiente de competição desenfreada, com o aprofundamento do individualismo e da meritocracia, “raça” é fator determinante de exclusão social ou mesmo critério de garantia ou não do direito à própria vida.

Considerando o cenário estabelecido no mundo e em especial no Brasil, o desafio que a militância negra de esquerda terá pela frente é de somar forças com amplos setores da classe trabalhadora no enfrentamento ao ultraneoliberalismo.

Racismo e ultraneoliberalismo: o mundo se despedaça

O ano de 2020 foi marcado pelo recrudescimento do racismo no mundo, mesmo durante uma crise sanitária avassaladora. Ao mesmo tempo, foi também marcado por lutas antirracismo em mobilizações de massa nas ruas das grandes metrópoles.

Nos EUA, o movimento negro reagiu ao assassinato de George Floyd por policiais ocupando as ruas com o movimento Vidas Negras Importam, enfrentando com sucesso o fascista Donald Trump.

No Brasil, ao lado de torcedores organizados e trabalhadores de aplicativos, o movimento negro protagonizou o enfrentamento ao fascista Jair Bolsonaro nas ruas do país durante o ano de 2020.

O barulho das ruas balançou instituições, influenciando decisivamente os processos eleitorais. Tanto nos EUA quanto no Brasil o debate sobre o racismo teve peso importante para a definição de rumos políticos.

Nos EUA, a maioria dos analistas elencam as mobilizações do movimento negro ao lado do manejo da crise sanitária como fatores preponderantes para a derrota de Trump.

No Brasil, as eleições presidenciais acontecerão apenas em 2022, mas em 2020 ocorreram eleições municipais onde o tema do racismo foi pauta relevante, vide o debate feito no STF sobre a destinação de recursos públicos e publicidade para candidaturas negras.

Para vencermos em 2022, temos que enfrentar o fascismo e o ultraneoliberalismo nas ruas desde já, sem ilusões com nossos inimigos de classe que se apresentam como uma “direita gourmet cheirosinha” mas atacam trabalhadores sustentando a política ultraneoliberal de Bolsonaro.

Derrotar o fascismo e o ultraneoliberalismo em São Paulo

A Secretaria Estadual de Combate ao Racismo do PT de São Paulo terá a tarefa de conduzir o debate e a mobilização antirracismo petista nos próximos 4 anos em nosso estado.

Entre as tarefas dos próximos anos, destacam-se as políticas, as mobilizações e as intervenções antirracismo, anticapitalismo e anti-imperialismo para mudar a correlação de forças advinda do golpe de 2016 e, de modo combinado com as ruas e lutas, tratar das eleições de 2022, decisivas para derrotarmos o racismo, o fascismo e o

ultraneoliberalismo. Nosso sucesso depende de um trabalho de base contínuo, que deve estar em curso desde já.

São Paulo concentra parte significativa da burguesia branca brasileira, sendo alicerce de articulação das classes dominantes brasileiras racializadas, desde os tempos dos Senhores de Engenho e Barões do Café, pela branquitude e branqueamento.

Ao mesmo tempo, por sua industrialização, São Paulo também é o berço do Partido dos Trabalhadores, fruto da reorganização das lutas da classe trabalhadora brasileira pelo novo sindicalismo combativo que nasceu no ABC em plena Ditadura.

Também foi aqui que o movimento negro se rearticulou no enfrentamento à Ditadura, em um processo cujo marco simbólico inicial é a fundação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, o MNUCDR, que depois se tornaria MNU.

Garantir ao PT uma boa campanha em 2022 no estado de São Paulo só será possível se combinarmos as lutas contra o racismo e o capitalismo ultraneoliberal. Para isto, a Secretaria Estadual de Combate ao Racismo do PT é um instrumento estratégico.

Movimento negro antirracista e anticapitalista!

A Secretaria Estadual de Combate ao Racismo do PT de São Paulo é um poderoso instrumento de organização de negros e negras no interior do PT para fazer valer, na prática e de forma consequente, o debate interno sobre as relações raciais em nosso estado.

O PT de São Paulo precisa assumir um programa antirracista nesse estado - o mais rico do país - cuja riqueza foi historicamente produzida por trabalhadores negros e negras que não desfrutam daquilo que produziram.

Nossa vitória eleitoral em 2022 passa necessariamente por pautar desde já as políticas de promoção da igualdade racial. O PT deve priorizar o debate antirracista, levando esta pauta para os atos “Fora Bolsonaro” e demais lutas populares encampadas pelo partido no país.

O PT deve também se fazer presente, enquanto partido, nas atividades chamadas pelo movimento negro em seu calendário de lutas específico. Não há solução possível para a classe trabalhadora brasileira que não aponte a centralidade do debate antirracista.

Abaixo o racismo e o fascismo, viva o socialismo!

Fora Bolsonaro, seu governo e suas políticas!

Tese da Chapa “Coragem para Construir o Futuro!”

1. O Brasil vive um período de tragédia social, econômica e sanitária, consequência direta da agenda neoliberal, negacionista e genocida do Governo Bolsonaro. Já ultrapassamos a marca de 430 mil mortes que poderiam ter sido evitadas, se o governo federal não tivesse estimulado o uso de medicamentos sem comprovação científica e rejeitado 11 ofertas de vacinas. Além disso, o desemprego bate recorde e, pela primeira vez em 17 anos, mais da metade dos brasileiros não tem garantia de comida na mesa. Segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), são 116,8 milhões de brasileiros que vivem em situação de insegurança alimentar. Enquanto as políticas de Bolsonaro empurram metade do país para a miséria, ao mesmo tempo garantiu 11 novos bilionários brasileiros na lista da Forbes.

2. Em um país que as relações sociais e o modo de produção econômica são estruturadas pelo racismo, esse cenário de tragédia tem a população negra como alvo mais vulnerável. As pessoas negras representam 79,9% dos desocupados do país (PNAD, 2020) e a ausência de renda faz com que as condições de vida sejam extremamente precárias, dificultando ainda mais a proteção contra o coronavírus. Em decorrência da extrema exposição, o índice de mortes provocadas pela pandemia é maior em relação às pessoas negras: referente aos homens, são 250 óbitos de negros a cada 100 mil habitantes, comparado a 157 óbitos de brancos a cada 100 mil habitantes.

Em relação às mulheres, são 140 óbitos de negras por 100 mil habitantes, comparado a 87 óbitos de brancas por 100 mil habitantes (Instituto Polis). Mesmo sendo a população que mais está morrendo, as pessoas negras são vacinadas duas vezes menos que as pessoas brancas, de acordo com os dados da Agência Pública. A pandemia escancarou ainda mais as profundas desigualdades provocadas pelo racismo.

3. A letalidade do governo Bolsonaro se mostrou maior que a letalidade do Coronavírus. Viver a tragédia desse governo é fruto do rompimento do pacto democrático de 1988 por uma elite branca que não aceitou ser derrotada nas urnas em 2014, que organizou um golpe de estado e promulgou uma verdadeira inquisição ao projeto de sociedade representado pelo petismo, culminando na prisão ilegal do Presidente Lula.

4. A parcialidade do judiciário e os métodos midiáticos usados para alcançar esse objetivo, são parte de um conjunto de tecnologias desenvolvidas pelo capitalismo, através de anos de experimento na população negra e pobre deste país. Tudo isso só foi possível por que o Estado brasileiro prende e condena, sem provas, a sua população negra cotidianamente. O Estado de exceção que muitos passaram a enxergar nos últimos tempos, é, e sempre foi, constante para a população negra deste país.

5. No cenário internacional, vimos os Estados Unidos, no fim do governo Donald Trump, ser tomado, em plena pandemia, por manifestações de cunho antirracista. Organizadas pelo movimento Black Lives Matter, em protesto ao assassinato do cidadão negro,

George Floyd, nas mãos de um policial. O caso e os protestos geraram repercussão internacional, afetando nitidamente o debate público brasileiro. Mostrando a força e o apoio que o combate ao racismo e ao genocídio negro tem na população brasileira, que enxerga casos como o de George Floyd, diariamente em suas vizinhanças, sem terem a mesma repercussão.

6. Entretanto, ainda estamos longe de apresentar uma agenda antirracista eficaz e de longo prazo para o povo brasileiro, tarefa das mais urgentes. A professora e ex-ministra da Seppir, Nilma Lino Gomes¹, em evento recente, fez uma observação muito contundente a respeito da luta antirracista no cenário político atual. Segundo ela, nós “passamos da invisibilidade para uma visibilidade subalterna”, ou seja, longe de ser parte do centro da discussão política nacional. É preciso mudar!

Nilma Lino Gomes é uma pedagoga brasileira. Tornou-se a primeira mulher negra do Brasil a comandar uma universidade pública federal, ao ser nomeada reitora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, em 2013. Tem se posicionado, frequentemente, na luta contra o racismo no Brasil. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Nilma_Lino_Gomes>

7. Não se pode falar em derrotar o Bolsonarismo e reconstruir o Brasil sem que haja sintonia com a luta antirracista e a construção de um novo pacto político e econômico, que acabe com o abismo racial e o genocídio que vivemos no nosso país. O PT é o partido capaz de disputar um programa transformador que altere as relações raciais e promova justiça social e igualdade.

8. Foram nos governos petistas que o estado brasileiro atendeu reivindicações históricas do movimento negro e deu os primeiros passos para pagar a enorme dívida que tem com os descendentes das pessoas escravizadas. As políticas de proteção social, geração de emprego e distribuição de renda e inclusão universitária iniciaram um processo de reparação necessária, mas que infelizmente foi interrompido pelo golpe de 2016.

9. Embora o golpe tenha interrompido um período de lutas e conquistas, não foi capaz de interromper a articulação do movimento negro nas disputas de poder junto aos partidos políticos. As eleições posteriores ao golpe, representaram uma queda do número de parlamentares e figuras de esquerda no poder executivo, mas também, foram marcadas pelo aumento expressivo de pessoas negras no parlamento, principalmente em relação às mulheres. Em 2020, o PT foi o partido que mais elegeu parlamentares negros no Brasil.

10. Na última eleição, o PT ousou eleger sua juventude negra, LGBTQIA+ e periférica em todo país e o estado de São Paulo não ficou atrás. Em Limeira, elegemos Isabelly Carvalho, mulher trans, em Araraquara reelegemos Thainara Faria, jovem negra, bissexual, e vereadora mais votada da cidade, e Filipa Brunelli, mulher trans. Já em Campinas tivemos a vitória de Paolla Miguel, jovem negra e bissexual, e em Guarulhos, a eleição de Fernanda Curti, jovem negra e lésbica. Ainda em São Paulo, o ABC conta com o mandato de Ana Nice, mulher negra e vereadora de São Bernardo do Campo, também elegemos a vereadora Taíse Brás em Catanduva e a vereadora Thaís Nogueira

em São José do Rio Pardo, entre outras espalhadas pelo estado. O aumento do número de vereadores e vereadoras negros e negras em todo o Brasil deixa evidente o recado das urnas por um necessário aumento da representação da juventude, dos negros e negras, LGBTQIA+ e periféricos. É importante notar que não se trata de representatividade com base apenas na identidade, mas sim num projeto político, antirracista, antipatriarcal e anticapitalista.

11. Enquanto muitos reafirmam a derrota eleitoral que o PT sofreu no estado de São Paulo, nós, que construímos os setoriais junto aos movimentos sociais, comemoramos a vitória de aumentar significativamente a representação dos nossos nas câmaras municipais e o desempenho eleitoral de outras candidaturas que não se elegeram, mas tiveram uma presença marcante nas urnas.

12. As urnas expressam o sentimento do eleitor em transformar a representação dos espaços políticos a partir da participação dos grupos sociais que historicamente ficaram fora das decisões do país, do estado e das cidades. Esse é um movimento que está se manifestando cada vez mais a cada eleição e o PT deve protagonizar essa transformação, apresentando lideranças que dialoguem com esse sentimento e que sejam parte fundamental da estratégia do conjunto do partido.

13. Os últimos processos eleitorais deixam evidente a contribuição dos setoriais na construção do partido e na reaproximação com os movimentos sociais, para que o PT seja a alternativa dos movimentos na disputa do poder. E é nessa perspectiva a nossa chapa Coragem Para Construir o Futuro, acredita que o coletivo estadual de combate ao racismo deve estar organizado para construção da agenda antirracista a ser defendida pelo PT e na articulação de lideranças que representem essas ideias.

14. A SECR/SP deve recuperar o seu protagonismo na construção da agenda de luta antirracista dentro do PT e fortalecer as lideranças que mobilizam pessoas fora do partido. Essa deve ser uma tarefa articulada pelo conjunto do partido em sintonia com as outras secretarias setoriais, visto que muitas mulheres, jovens e LGBTQs também são negros, portanto, a causa dos demais setoriais também é causa do movimento negro e a recíproca é verdadeira. Como nos ensina Audre Lorde², não existe hierarquia de opressão, afinal o sexismo e heterossexismo surgem da mesma fonte do racismo.

15. Com o retorno do Presidente Lula ao jogo político, abre-se a janela para um grande avanço da classe trabalhadora nas eleições de 2022. Para nos consolidarmos enquanto única via de combate ao governo genocida que hoje está no poder, é imprescindível que o Partido dos Trabalhadores inicie, desde já, a construção de uma agenda política que represente os anseios da população brasileira.

16. Os setoriais e secretarias, historicamente, são responsáveis por trazer às executivas os anseios e a voz das ruas e movimentos sociais, tão essenciais às construções históricas realizadas pelo Partido ao longo dos anos nos quais estivemos no poder executivo nacional. No entanto, embora muito tenha sido feito, é necessário constatar que alguns de nossos erros foram cruciais para gerar um certo atrito com relação à setores que originariamente estiveram conosco desde o momento de nossa fundação.

17. Muitos dos erros, por sua vez cometidos, têm como uma de suas muitas justificativas, a dificuldade de parte da direção em ouvir e traduzir os anseios dos movimentos sociais que compuseram e compõem o Partido, e que são representados pelos setoriais e secretarias.

18. Foi justamente essa dificuldade em se atentar à boa parte das críticas e questionamentos acerca da nossa atuação dentro das esferas de segura pública e do judiciário, responsável por nossos equívocos em temas 2 Audrey Geraldine Lorde foi uma escritora feminista, mulherista, lésbica e ativista dos direitos civis. Norte-americana de descendência caribenha, Lorde teve entre seus esforços mais notáveis foi o trabalho militante com as mulheres afro-aleãs na década de 1980. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Audre_Lorde extremamente importantes, tais como violência de estado contra a população negra e periférica, a violência policial, o genocídio da população negra, o racismo institucional e estrutural, que fundamentam a atuação de um judiciário que criminaliza e encarcera em números alarmantes, os jovens negros e periféricos.

19. Vale destacar que o genocídio e encarceramento da população negra e periférica não é um problema que possui em suas origens somente os erros de governos federais, sendo nosso dever, enquanto militantes petistas e considerando as intenções para 2022 de disputa do Governo Estadual, escancarar os erros dos governos tucanos que por meio de sua polícia militar assassina e violenta, diariamente, os corpos negros e periféricos. Além disso, não podem ser esquecidos os muitos escândalos envolvendo desvios de merenda e de verbas da educação, que resultam nos índices preocupantes que descrevem a educação pública do estado de São Paulo.

20. Os problemas indicados e por nós conhecidos ressaltam que, independente da configuração que vier a ser construída no cenário eleitoral do estado de São Paulo em 2022, será necessário que o PT tenha um projeto político que atenda as necessidades do maior estado da federação.

21. É importante dizer que a luta de classes não está acima, como dizem alguns, muito menos abaixo ou ao lado, como dizem outros, da luta antirracista. Nós, membros da chapa Coragem Para Construir o Futuro, compreendemos que no Brasil e em boa parte do mundo a raça e o racismo são fatores estruturantes das classes sociais e, portanto, indispensáveis para a compreensão da luta de classes. O sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein³ nos diz que em todas as sociedades ao longo da história humana, as classes dominantes configuraram-se em torno de um grupo étnico específico, e as classes 3Immanuel Maurice Wallerstein foi um sociólogo estadunidense, mais conhecido pela sua contribuição fundadora para a teoria do sistema-mundo. Os seus comentários bimensais sobre questões globais são distribuídos pela Agence Global para publicações como Le Monde diplomatique e The Nation. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Immanuel_Wallerstein populares, ao contrário, mantém um padrão étnico heterogêneo, o Brasil não é diferente.

22. Pensando nas nossas diferenças, mas, acima de tudo, nossa similaridade enquanto classe trabalhadora e oposição às opressões sistêmicas, a organização e elaboração de um projeto político amplo, que nos fortaleça diante dos ataques do conservadorismo, se mostra a única saída possível para que o PT siga sendo o Partido que norteia e organiza aqueles e aquelas que se insurgem contra a estrutura capitalista e opressora que nos é imposta.

23. Propomos, portanto, a capilarização da SECR/SP através de sua Municipalização. Nesse sentido, nossa tarefa principal para efetivação dessa política dentro das bases petistas será a de criação de secretarias municipais, para que estas tornem possível uma atuação real e efetiva do Combate ao Racismo nos mais variados espaços, municípios e povoados do Estado de São Paulo. É nosso dever também estreitar as relações políticas do Partido dos Trabalhadores com os movimentos antirracistas, como as entidades e coletivos negr@s, entidades e coletivos indígenas, entidades e coletivos de imigrantes, sindicatos, movimentos de mulheres, movimentos LGBTQI+, movimentos de juventude e demais movimentos sociais. Com o fim de realizar um diálogo entre os diversos movimentos que, juntos, possam produzir uma Agenda Antirracista para o Estado de São Paulo, que nos guie a uma nova década de lutas e conquistas.

Tese da Chapa “Aquilombar para enfrentar o racismo em SP, com Tiago secretário estadual!”

COMBATE AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE HOJE

Recuperar o que perdemos no País, avançar no Estado.

A PAUTA DO COMBATE AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE HOJE

I. Alguns aspectos do legado petista na pauta antirracista

A Lei de [Cotas perderá a validade](#), caso não seja renovada pelo Congresso em 2022. Ela instituiu reserva de metade das vagas nas universidades públicas federais para estudantes que cursaram ensino médio integralmente em escolas públicas. Nesta metade, também assegura o ingresso de pretos na mesma proporção da composição racial da população onde estiver instalada a instituição de ensino.

Para termos uma ideia da importância da Lei, entre 2010 e 2019, o número de pretos nas universidades federais aumentou em [400%](#). Embora tenham alcançado o número de 38,15% do total de matriculados, a representatividade continua abaixo da meta porque a população preta corresponde a 56% da composição racial do povo brasileiro.

A política de cotas raciais convergiu com a expansão das universidades federais em 40% entre 2002 e 2017, destacadamente nas regiões sul e nordeste do país, acompanhada do aumento [de 176% no número de campi](#) no país.

O ensino de história e cultura afro-brasileira a partir da Lei 10.639/03 é outro importante instrumento de inclusão na temática de combate ao racismo e promoção da igualdade na agenda da educação. A iniciativa depende de investimento permanente na carreira docente com sistema de financiamento e pesquisa, haja vista a insuficiência decorrente da educação eurocêntrica e colonizada predominante entre nós.

A exemplo da política de cotas, do ensino de história e cultura afro-brasileira, a demarcação de territórios tradicionais quilombolas com a respectiva titulação de propriedade comunitária configura importante avanço na pauta de reconhecimento de direito. Com a titulação, as comunidades quilombolas rurais podem ingressar formalmente em programas sociais e receber financiamentos por parte do Estado para sua organização.

Cotas raciais compõem o amplo catálogo de iniciativas referenciadas em iniciativas geridas e implementadas nos governos do Partido dos Trabalhadores, de início articulados pela

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR/PR (atualmente extinta) que criou o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR e o Estatuto de Igualdade Racial – EIR, marco legal pelo qual vinha-se acumulando a experiência de gestão da pauta antidiscriminação e de promoção da igualdade.

Lembremos ainda, no rol de exemplos de políticas voltadas à promoção de igualdade, a orientação das condicionalidades para financiamentos como nas áreas de saúde e segurança pública através de recortes de raça e gênero em indicadores socioeconômicos, de modo a identificar incidência de patologias (endemias, surtos, transtornos, comorbidades etc.) decorrentes de vulnerabilidade social e ausência de assistências específicas. Na pauta da saúde, o fortalecimento dessa orientação vincula-se *necessariamente* ao Sistema Único de Saúde – SUS.

Na pauta de segurança pública, o desenvolvimento das políticas de promoção da igualdade racial pressupunha formação de profissionais em direitos humanos para que Estados, responsáveis constitucionalmente pelo tema em seus respectivos territórios, acessasse m os recursos do Sistema Nacional de Segurança Pública – SENASP gerido através do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP. Tanto na saúde quanto na segurança, as informações qualificadas por recortes de raça e gênero dependem de dados estatísticos coletados em censos específicos com metodologia própria cujos resultados permitem maior precisão e eficácia a partir de medidas orientadas por tais indicadores.

Este, em linhas gerais, o quadro em evolução, introduzido pelos governos do Partido dos Trabalhadores. Foi nesses governos também onde se amadureceu a cultura de gestão articulada com os princípios da transversalidade (pauta de promoção da igualdade presente em todas as atividades-fim dos órgãos estatais), descentralização (União, Estados e Municípios formando um sistema federativo de aplicação dessas políticas) e gestão democrática (execução das políticas com participação direta da comunidade e, na medida do possível, com os próprios agentes comunitários conduzindo a execução dessas políticas).

II Reversão do legado. Conexão raça, gênero e classe

Com o golpe de 2016, políticas de investimento na agenda de inclusão, tais como ampliação de universidades, financiamento do SUS, garantia de condicionalidade de formação, em direitos humanos para acesso ao FNSP, sofreram sério revés. Com a Emenda Constitucional 95 o Estado foi proibido de investir na pauta social por vinte anos e obrigado a manter o financiamento dessa pauta nos patamares do exercício de 2017, a despeito do crescimento vegetativo da população e do agravamento dos problemas gerados pela própria retração econômica e interdição de direitos. Tal medida se apresentou como centro de gravidade da

política macroeconômica, adotando-se como política de Estado a supressão de serviços públicos com a respectiva migração desses serviços para a iniciativa privada. Obviamente, com essa orientação, somente os que puderem pagar acessarão os serviços.

A pauta da promoção de igualdade racial e, de combate ao racismo ingressou na orientação regressiva com a supressão das instâncias e órgãos anteriormente vinculados a esses objetivos, bem como a inversão da orientação protetiva de direitos nos órgãos e agências eventualmente mantidos. Dessa forma, onde não houve o desaparecimento puro e simples, como no caso da SEPPIR/PR, do Conselho Nacional de Igualdade Racial – CONAPIR, dos programas de investimento direito como Brasil Quilombola, titulação de propriedade para comunidades tradicionais etc., verifica-se a *inversão de valores*, com a inserção da pauta antissocial e protorracista em organismos vocacionados ao combate da discriminação, como no caso da Fundação Palmares, responsável pela titulação de terras aos territórios quilombolas e do próprio Ministério da “Mulher da Família e dos Direitos Humanos”, notabilizados pelo despropósito às causas pelas quais, em tese, foram criados.

Embora a percepção do racismo no Brasil tenha aumentado nos últimos tempos, particularmente com maior visibilidade de temas como racismo estrutural, a orientação antissocial e regressiva imposta ao país em 2016 e radicalizada em 2018 com o governo Bolsonaro de orientação neofascista configura uma espécie de cerco permanente às pautas de acesso e proteção de direitos, não sendo diferente a consequência para a pauta de combate ao racismo e promoção da igualdade. Por isso, a exemplo de toda agenda social e de inclusão, a conjuntura exige que orientemos nossas ações pela identificação consistente dos diferentes pontos onde se opera tal regressão, a exemplo do que fizemos acima.

O cotejo entre o que tínhamos e o que perdemos e, principalmente, entre o que temos e se encontra ameaçado, é urgente para que todos os militantes possam intervir no debate de forma qualificada e propiciar, com suas ações, o debate sobre a necessidade urgente de derrotar o neofascismo representado pelo governo Jair Bolsonaro. Mas, não só. O neofascismo é a expressão cruel e violenta da política neoliberal orientada da mesma forma para a criminalização dos movimentos sociais, segregando seus agentes e organizações, bem como para a exclusão social, essência de seu programa econômico, representado por Paulo Guedes, personagem nefasto que personifica a política a ser seguida neste e em qualquer governo de direita, mais ou menos fascista, com ou sem ele.

Neste ponto também se cruzam as perspectivas de raça, de gênero e, de classe a demonstrar que não há luta coerente contra a discriminação racial e de gênero sem pronta

rejeição do programa neoliberal que é, em essência, racista por manter as *formas* de exclusão construídas ao longo da história e alicerçadas no racismo e no sexismo estrutural que, além de manter os efeitos transgeracionais da fase escravocrata do capitalismo brasileiro, impõe à sociedade garantias e manutenção dos grupos historicamente privilegiados para manter o capitalismo à brasileira, ou seja, com o cretinismo institucional xenófobo, patriarcal, racista, sexista, misógino e subserviente aos Estados Unidos.

A orientação petista de combate ao racismo, ao sexismo deve se apartar daquelas que desprezam o aspecto de exploração de classe presente em todo racismo e profundamente marcado no racismo patriarcal brasileiro, onde a miséria tem cor e sexo definidos, as mulheres pretas ocupam a base da pirâmide de desenvolvimento no Brasil. Nossa orientação se pauta pela aproximação com outros movimentos sociais como juventude, sindical, ambiental, LGBTQI+, feminista, contra o ódio religioso (que nos persegue), de pessoas com deficiência e, potencializar articulação campo cidade, bem como pautar todas as medidas de naturalização da exclusão e interiorização da cultura, ciência e religiosidade afro-brasileiras.

- **III Reconstrução do legado perdido no Estado de São Paulo**

O Estado mais rico do Brasil é governado há quase quatro décadas pelo PSDB, na gestão Dória padece de todas as mazelas impostas pela agenda recessiva e repressiva bolsonarista, mais especificamente em relação aos impactos desse movimento para a economia paulista, estudos sobre a demografia e as condições socioeconômicas da população evidenciam o perfil social da população brasileira (IBGE 2019) como majoritariamente negro, estando fortemente impactado pelas privações sociais, de moradia, saneamento, educação, emprego e renda. Ademais, dados de mortalidade, morbidade, incapacidade, acesso a serviços, qualidade da atenção, condições de vida e fatores ambientais são métricas utilizadas na construção de indicadores de saúde, que se traduzem em informação relevante para a quantificação e a avaliação em saúde no Estado de São Paulo. Segundo estudo Instituto Pólis em São Paulo – revela que a população negra, residente em áreas da periferia de São Paulo, é a mais afetada pela pandemia de covid-19. Ao longo de 2020, morreram 52% mais homens negros do que brancos e 60% mais de mulheres negras do que brancas. Observamos estudos socioeconômicos do Estado São Paulo, verificamos uma significativa recuperação, porém sem plano de investimento na agenda do Governador Dória, que opera a gestão pública em consonância com agenda do governo federal de Bolsonaro, distantes das reais necessidades do povo paulista, acirrando privatizações e, terceirizações de setores estratégicos da economia do Estado, com cortes nos investimentos públicos em todas as áreas sociais, amplia agronegócio de

monocultura predadora da biodiversidade, de nascentes, rios e mares fortalecendo a cultura de ódio, perseguição e assassinatos de lideranças indígenas, quilombolas no campo e, genocídio da juventude negra, da população LGBTQIA+ nos centro e periferias das cidades no Estado de São Paulo e no Brasil. Para a SECR/PT um desses grandes desafios, passa primeiramente na defesa uma ampla unidade política entre negras e negros e povos originários construindo bandeiras de lutas intersetorial e transversal antirracismo do partido. A setorial de combate ao racismo sempre foi um espaço plural e democrático, e essa deve ser o nosso compromisso, para o próximo período, efetivar um programa com a ampla participação das setoriais, das tendências, campos, coletivos, grupos e pessoas, campo e cidade numa perspectiva de ação intersetorial transversal potente.

IV. Diretrizes Para Além da Pandemia no Estado de São Paulo

Dentre os riscos para o cenário atual, a evolução da pandemia ainda é uma preocupação, uma vez que o processo de vacinação é desigual, com um ritmo lento em várias regiões do mundo, enquanto variantes do novo coronavírus vêm provocando novas ondas de contaminação, deixando dúvidas quanto ao pleno retorno à normalidade ainda em 2021. Outro fator de risco reside em gargalos no fornecimento de suprimentos e componentes para a indústria, afetando a produção e provocando elevações na estrutura de custos. De acordo com algumas análises, esse fenômeno tem origem na guerra comercial entre EUA e China, que acabou desorganizando certas cadeias produtivas fortemente assentadas em fornecedores chineses. Por enquanto, um efeito que se observa em escala mundial é o aumento da desigualdade, não só em termos de renda, mas das iniquidades regionais. Olhando para questões relativas à empregabilidade e desemprego. O impacto perverso sobre as mulheres pretas no estado. Durante a pandemia, várias mudanças estruturais se aceleraram, com destaque para a implementação de novas tecnologias (digitalização da produção e avanço da tecnologia 5G são exemplos) e para a massiva estruturação do trabalho em home Office, o que nos loca em desvantagem absoluta. Essas mudanças, o que nos preocupa é o aumento da massa de excluídos, com baixa empregabilidade, a ponto de o FMI recomendar como prioridades das políticas econômicas os investimentos sociais, com foco em saúde e no aumento da empregabilidade de parcelas vulneráveis da população, envolvendo desde programas de requalificação, como subsídios à contratação de mão de obra. E, sabemos que é no mundo do trabalho que povo preto mais sofre no Estado e no Brasil.

Especificamente no que diz respeito à economia paulista, a recuperação vem sendo liderada pelo setor de serviços, mas apresentando grande heterogeneidade quanto aos

segmentos que o compõe, sendo que, enquanto os segmentos de intermediação financeira, serviços de informação e comunicação e atividades imobiliárias vêm apresentando crescimento vigoroso, outros segmentos, como os de serviços prestados às famílias, turismo, bares e restaurantes enfrentam grandes dificuldades, com fechamento de várias empresas. A indústria paulista, que já apresentava dificuldades no período pré-pandemia, teve sua situação agravada, com o encolhimento de segmentos e fechamento de empresas, inclusive de grande porte. E os recentes sinais de recuperação são certamente um alento, restando, contudo, dúvidas quanto ao fôlego desse processo, neste sentido a SECR/PT deve impulsionar a retomada da agenda compartilhada no combate ao racismo e da promoção da igualdade racial no Estado. Com a eclosão da pandemia, a paralisação de atividades e a queda mais generalizada da demanda fizeram com que, de modo geral, as empresas adotassem uma política de redução dos estoques a níveis mínimos, enquanto vários fornecedores, especialmente as empresas menores, simplesmente encerraram suas atividades. Num segundo momento, com a retomada da produção em ritmo acentuado e com aumento galopante da demanda por computadores, celulares, videogames e artigos de informática, gerado principalmente pelas medidas de isolamento social e adoção do trabalho em home office, se instalou uma situação de falta de componentes e aumento de custos, que vem persistindo e parece de difícil solução no curto prazo. Outra tensão decorre do aumento da inflação em escala global, num processo em que não só os gargalos em cadeias de fornecimento, mas também a forte elevação das cotações de commodities têm peso considerável. Além disso, conforme mencionado, a elevação da demanda em um ambiente de liquidez abundante gera condições para a Promoção da Igualdade Racial e do Enfrentamento ao Racismo Estrutural Institucionalizado.

V. *Convenção Interamericana antidiscriminação: paradoxo normativo no retrocesso político.*

Paradoxalmente, neste ano o Congresso Nacional aprovou a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Conexas de Intolerância, da Organização dos Estados Americanos – OEA. A Convenção introduz em nosso sistema jurídico o conceito de discriminação indireta, correlato do que vimos tratando como “racismo estrutural” e, pela primeira vez, possibilita entre nós o reconhecimento dessa forma de discriminação, ao mesmo tempo em que exige adoção de políticas públicas de Estado para combatê-la. A alteração é importante porque o sistema judiciário não pode mais responder com evasivas à proliferação de ações cuja pretensão se origina em discriminação indireta, sistematicamente desqualificada, considerada como “construção sociológica” sem relevância jurídica.

Ao mesmo tempo, a Convenção ingressa em nosso sistema jurídico como Emenda Constitucional, ou seja, subordina todo ordenamento às suas normas e promove, portanto, profunda alteração na situação atual. Diante da Convenção, atitudes tais como as adotadas pela presidência da Fundação Palmares, negando racismo estrutural, perseguindo militantes do movimento negro de combate ao racismo, desqualificando a luta e os lutadores sociais, é totalmente incompatível com os preceitos da Convenção, tornando-se insustentável a manutenção de um racista à frente daquela Instituição.

Essa é apenas uma, dentre as muitas incompatibilidades com a Convenção. Contudo, a sua aprovação pelo Decreto Legislativo não exaure o processo, sendo necessário ainda o Decreto do Executivo de ratificação. Embora o Executivo não possa cancelar, a Convenção depende da ratificação para operar seus efeitos. A informação sobre o que significa a Convenção, suas implicações, os direitos que veicula seus efeitos no âmbito das políticas públicas etc., se torna mais uma tarefa de nossa militância para inclusão da exigência de sua ratificação na pauta de mobilização a ser por nós adotados.

A Convenção se apresenta como fato positivo no contexto de regressão social acima apresentado. Com ela temos o seguinte paradoxo: inovação normativa *progressiva* e ação política administrativa *regressiva* por parte do Estado. Essa regressão tem na proposta de exclusão de ilicitude uma de suas maiores expressões, haja vista constituir um dos pontos mais radicais de aprofundamento da militarização da segurança pública para manutenção do extermínio da juventude negra e periférica em curso há muito tempo entre nós, particularmente com a mobilização racista das forças de segurança do Estado. Evidentemente, o Estado que exterminam pretos é o mesmo que nos exclui da vida social com sua política estruturalmente racista, o que propicia o círculo vicioso (e venenoso) de construção e tipificação do inimigo interno com a mobilização permanente da sociedade para odiá-lo.

Por tais razões, também não há como ser coerente na luta antirracista sem tomar posição pela desmilitarização da segurança pública, e, portanto, da própria polícia que mata cotidianamente nossa juventude na guerra não declarada em curso em nossas periferias. A identificação, participação e solidariedade com os movimentos que denunciam e combatem esta forma de violência policial deve integrar nossas construções como fundamento de nosso aprendizado para construção de uma sociedade verdadeiramente solidária e justa.

Especial lugar deve ser destinado à relação entre raça e gênero. A despeito da informação conhecida da vulnerabilização das mulheres pretas em nossa sociedade, multiplamente discriminadas, são elas que mantêm em grande parte as famílias, suportando as

consequências da violência *machista*, mantida através da violência econômica, com diferentes traduções conforme o extrato social no qual opera. Nas camadas médias, essa forma específica de violência machista se impõe pelo constrangimento e pela humilhação na *manutenção* do patriarcado no âmbito familiar. Nas camadas mais pobres, a violência se impõe pelo *abandono* onde as mulheres pretas terminam por constituir famílias monoparentais, cuidando dos filhos sem qualquer apoio, necessitando ampará-los em meio à guerra social, para qual, muitas vezes termina por perdê-los.

O sofrimento neste caso, para além de toda carga verificada no racismo estrutural permanentemente denunciado, se estende à estigmatização decorrente da precariedade construída também aqui pela degradação socioeconômica radicalizada pelo neoliberalismo. As pautas não são apenas específicas, mas urgentes e prioritárias por estarem diretamente ligadas à maior vulnerabilização permanentemente imposta pelo sistema que condensa todos os elementos apresentados nesta exposição em sua realidade social. As questões diretamente ligadas à condição feminina, particularmente às mulheres pretas, convertem a pauta de luta pelo restabelecimento de políticas sociais que as enxerguem como pressuposto da ordem democrática. Há, portanto, na construção estratégica do combate ao racismo, a necessidade de *priorizar* o feminismo negro, não por proselitismo, mas para apontar o movimento social que enfrenta o aspecto mais cruel da discriminação e, portanto, o que não deve ser subestimado em nenhum momento. As políticas de saúde integral da mulher, de auxílio, querem emergencial, quer por meio de programas permanentes, de oferecimento de educação em tempo integral, das cotas no mercado de trabalho, de campanhas, tanto de denúncia, quanto de proteção contra violência obstétrica entre outras formas de opressão invisibilizada pelo cruzamento de racismo e patriarcado, são pontos de referência cardeais na formulação de nossa ação militante.

VI – Conclusão e tópicos para um programa de ação.

As questões trazidas neste documento são algumas por nós considerados fundamentais, para organizar a pauta militante de promoção da igualdade racial e combate à discriminação. Nele tratamos de algumas conquistas resultantes dos governos do PT, particularmente na conversão de várias propostas do movimento social em políticas de governo. Apresentamos a supressão dessas políticas a partir do golpe de 2016, bem como o risco atual apresentado às políticas subsistentes legatárias daquele movimento. Registramos o paradoxo da aprovação da Convenção Interamericana de Combate à Discriminação e todas as formas de Intolerância recentemente no Brasil, pendente de ratificação pelo Poder Executivo, o que demanda mobilização específica para sua imediata vigência. Tratamos da relação entre raça, classe e

gênero como vetor essencial de orientação política para ação. Com isso alinhamos os parâmetros de orientação programática para articulação de nossas atividades em nossa região.

Propomos nossos próximos passos em torno dos seguintes eixos matriciais:

- **Formação permanente em torno dos seguintes temas:**
 - História do movimento negro: passado e presente.
 - Legado das gestões do Partido dos Trabalhadores na pauta da promoção da igualdade racial e combate à discriminação
 - Racismo estrutural (discriminação indireta), sua relação entre gênero, raça e classe.
 - Marco Legal: Estatuto da Igualdade Racial, Convenção Interamericana, Fundo de promoção da igualdade.
- **Neofascismo e Política Pública na Região (discussão permanente).**
 - Neoliberalismo e violência racista de Estado: criminalização do movimento negro (aí compreendido feminismo negro).
 - Feminismo negro: novas formas de protagonismo.
 - Ancestralidade: movimento quilombola e conflitos específicos na pauta democrática. A noção de quilombos urbanos.
 - Exclusão de ilicitude: O estado e violência permanente contra os excluídos.
 - Religiosidade: raízes do ódio racial e centralidade das religiões de matriz africana na pauta da democracia.
 - Identificação dos métodos de construção do “inimigo público”.
 - Perseguição das religiões de matriz africana
 - Mapeamento de aplicação das normas protetivas na região.
 - Cursos livres de história e cultura afro-brasileiras
- **Pauta de ação política no movimento social**
 - Agenda de promoção de igualdade racial e combate ao racismo e suas especificidades.
 - Pauta de reivindicações dos movimentos sociais negros e, de mulheres negras
 - Campanhas
 - Ações regionais de unificação.
 - Fortalecimento e retomada das Macro Regiões PT, no Estado.

VII – Eixos Temáticos x Eixos Matriciais nas Relações Intersetorial Transversal

3 Eixos Matriciais: Formação permanente; Neofascismo e Política Pública na Região e, Pauta de Ação Política no Movimento Social.

Eixo Temático I - Juventude

A Secretaria Estadual de Combate ao racismo tem como compromisso organizar e executar um conjunto de ações intersetorial em gestão transversal e compartilhada, com a Setorial da Juventude, impulsionando o ativismo petista preto de forma articulada com as demandas dos movimentos sociais. E, com este colegiado construir condições de revisitar políticas públicas dos governos Lula e Dilma, programas, projetos e ações a exemplo: o Programa Juventude Viva e Pro Jovem, Segurança Pública, o ENEM, o PROUNI, o FIES, Primeiro Emprego garantindo as políticas de ações afirmativas - reservas de vagas nas universidades públicas (cotas) mesmos sendo considerados por muitos de nós um pingo no oceano, são inegáveis os impactos positivos decorrentes destas políticas públicas do governo democrático e popular do PT já descrito acima. O advento da crise sanitária, política, econômica e institucional agravaram profundamente a situação de vulnerabilidade da juventude preta, pós-golpe 2016 contra Presidenta Dilma Rousseff, neste sentido é central o enfrentamento à violência contra a juventude negra a partir da compreensão que são demandas com múltiplas dimensões: sociais, culturais, econômicas, regionais, geracionais e políticas que impacta a população como um todo nos territórios periféricos e no campo.

Os indicadores de pesquisas evidenciam o horror perpetrado pelas forças de repressão do Estado brasileiro, que impõe um exterminado sistêmico, paralelo ao encarceramento em massa de forma arbitrária e desumana. Este enorme contingente de jovens pretos vitimados pelos genocídios oriundos do racismo estrutural e suas múltiplas vertentes, impactam de forma negativa no desenvolvimento nacional, perdemos talentos, potências comunitárias, criatividade, inventividade a sua maior riqueza. Esta perda potencial de jovens pretos tem impacto biopsicossocial, na família, no território, na região e na cidade, esta juventude pode e deve ser aproveitada no seu imenso potencial de construção da riqueza e do pensamento brasileiro e não abandonada para tornar-se presa do crime organizado como acontece hoje.

- **Diretriz –**

- a) A SECR elabore, em parceria com a Setorial da Juventude, estratégias de intervenção dos jovens negros petistas junto aos movimentos organizados e as manifestações culturais das juventudes periféricas em consonância com Estatuto da Juventude e o Sistema Nacional da Juventude;
- b) Enfrentamento à vulnerabilização e a violência contra a juventude negra, propondo um pacto entre os três poderes, a sociedade civil organizada com a criação de um Comitê Estadual de Enfrentamento ao Extermínio da Juventude Negra;
- c) Apoio a projetos em tramitação no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas contra “autos de resistência”;
- d) Seja lançada uma grande campanha de filiação, prevendo novas formas de participação da juventude negra e periférica;
- e) Seja elaborado um projeto de formação política, organizado pela FPA em parceria com a SECR, a Secretaria de Formação e as secretarias de combate ao racismo e formação, com estratégias pedagógicas dirigidas a juventude negra e periférica;
- f) A SECR elabore, em parceria com a secretaria de juventude, estratégias de revisão das ações, programas e projetos de políticas públicas dos governos Lula e Dilma, em todas as áreas sociais, nas manifestações culturais/artísticas, ao acesso as tecnologias de informação e comunicação das juventudes periféricas.
- g) Organizar Encontro, Seminários, Roda de Conversa potencializado ação permanente intersetorial transversal, que triangule eixos Matriciais e Eixos temáticos;
- h) A SECR impulsiona a luta por geração de trabalho e de renda, para além o primeiro emprego que incida na revogação EC95, numa perspectiva de promoção da igualdade racial da juventude preta.

Eixo II – Mulheres

Sabemos atualmente que nos governos do PT, ocorreu a gestão pública de processos de institucionalização e, a concretização da transversalidade das políticas para as mulheres propiciaram a definição de instrumentos de gestão que permitiram a sua operacionalização, mesmo Governo Lula tendo herdado do Estado neoliberal de FHC, num total desmonte e vigência da política do Estado mínimo (para povo e máximo para ricos), privatizações no trilhado receituário imperialista americano. É inegável em âmbito mundial e, verificável pelos indicadores de pesquisas oficiais (IBGE – IPEA) e, internacionais (do sistema ONU), que a qualidade de vida da população brasileira melhorou consideravelmente, a exemplo a redução da pobreza que incide diretamente no Brasil na vida das mulheres pretas.

E, entre as mulheres, as mulheres pretas foram as principais beneficiárias, dos principais programas e ações do governo federal, em convênios com entes federados, a exemplo o Programa Brasil sem Miséria, Brasil Carinhoso, Rede Cegonha, PRONAF Mulher, Documentação da Trabalhadora Rural, Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência, Viver sem Limites, Brasil sem Homofobia, Mulheres Mil, PRONACAMPO e PRONATEC, Casa da Mulher Brasileira, Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, reafirmam o compromisso de transformar a vida das mulheres. Em programas como a Bolsa Família, o Pacto de Aceleração do Crescimento II, as mulheres têm prioridade no cadastramento e, no caso do Programa Minha Casa Minha Vida, a escritura da residência é elaborado no nome da mulher rompendo com sistema patriarcal, onde os bens materiais eram registrados somente no nome dos homens, fruto de muita luta e resistências das mulheres nos espaços conferencistas e fora deles na cidade e no campo. O desafio da SECR será construção ações, projetos e programas, junto a Setorial de Mulheres, neste sentido, o conceito de transversalidade e de interseccionalidades integra o repertório essencial no debate, na formulação e na execução de políticas públicas em consonância com os tratados e convenções internacionais, assinadas pela diplomacia brasileira e recepcionadas pela Constituição Cidadã de 1988. As mulheres são o epicentro das famílias negras, o segmento mais vulnerável da nossa sociedade. Todas as políticas aqui apresentadas deverão tê-las como foco principal;

Diretriz

a) A SECR impulsionar ações de mobilização social (debates, plenárias, Audiências, denúncias no MP) que promovam o acesso das mulheres pretas, mulheres pretas lésbicas, ao poder político a partir de uma perspectiva interseccional, enfrentando o sério déficit existente em termos de gênero/raça/classe/desigualdades regionais e as barreiras/fatores impostas pelo capital, pelo racismo patriarcal estrutural;

b) A SECR promover e intensificar o controle público sobre os partidos políticos, com ações de fiscalização e punição diante do descumprimento da legislação de cotas, Fundo Eleitoral, paridade de gênero e raça, Mandatos Coletivos entre outras legislações equitativas vigentes;

d) A SECR impulsionar a formação políticas das mulheres pretas dentro dos partidos políticos, em processo de fortalecimento que passa pela ocupação de espaços de poder nos partidos, nas secretarias/setoriais de poder interno que organizam e validam resoluções, definem normas e regras de participações nos encontros e congressos sem mulheres: negras, brancas, originárias, lésbicas, ciganas não haverá democracia;

e) A SECR construir campanhas, jornadas formativas contra racismo patriarcal nos meios de comunicação (violência simbólica e física), combate fake News, desinformação numa perspectiva democratização das tecnologias e comunicação e informação;

f) A SECR promover ações de enfrentamento à violência política de gênero (mulheres, lesbitransfobia), contra as mulheres pretas na política e nas suas diversas formas e meios de participação e manifestação pública;

g) A SECR impulsionar mobilização social para o fortalecimento de lideranças políticas nos territórios por meio de alianças entre diferentes redese atores comprometidos com a igualdade de gênero, de raça e de classe (movimentos: de mulheres, de mulheres negras, feministas, legisladoras, jornalistas, pesquisadoras, universidade, organismos internacionais, com TV 247, com Jornalistas Livres, Plataforma Resistência entre outros parceiros estratégicos etc.).

Eixo III – População LGBTQIA+

A agenda conservadora e ultraliberal tem impulsionado a cultura do ódio, voltadas para corporeidade, reforçando estereótipos e, fortalecendo o racismo estrutural, a misoginia, o binarismo, o feminicídio, a cultura do estupro, do estupro corretivo contra mulheres pretas lesbitrans e a violência contra as mulheres, meninas e jovens, a população LGBTQIA+ preta acirrando as vulnerabilidades impostas pelo capital transnacional imperialista, fortalecendo o entrelaçamento das opressões de gênero, raça/ etnia, classe social, orientação sexual, identidade de gênero, geração, deficiências dentre outras singularidade humanas. O desafio posto para gestão da SECR/PT, passa pela ação intersetorial, transversal e integrada que possibilite a construção de uma Plataforma Política de Lutas Comuns, rumo à construção de uma sociedade democrática em sua radicalidade e, livre de todas as formas de discriminações e intolerâncias correlatas que edifique a luta socialista. As violências e mortes brutais oriundas da discriminação vivenciados pela população LGBTQIA+ têm resultado em graves violações de direitos humanos e é no mundo do trabalho, que estes estereótipos binaristas e a discriminação influenciam os níveis de eficiência e produção, o bem-estar laboral e o próprio acesso ou permanência em um trabalho decente. População barbaramente atingida pelas reformas trabalhista, previdenciária, investir nestas iniquidades impulsionando o ciclo de retomada, de reconstrução da democracia, dos conselhos de direitos, dos Comitês Técnicos e elaboração de políticas públicas com de participação popular, garantindo à avaliação, o monitoramento, a transparência e o controle social do orçamento público.

Diretriz

- a) A SECR deva revisitar e impulsionar o debate sobre o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra população LGBTQIA+ e de Promoção da Cidadania Homossexual, conhecido como Programa Brasil sem Homofobia (BSH) 2004 e, lutar para ser uma política de Estado;
- b) A SECR retomar e impulsionar o debate sobre a Política Nacional da Saúde Integral da População LGBTQIA+;
- c) A SECR junto FPA apoiar estudos e pesquisas sobre a discriminação múltipla ocasionada pelo racismo, fobias LGBTQIA+ e preconceito de gênero; criar instrumentos técnicos para diagnosticar e avaliar as múltiplas formas de discriminação combinadas com o racismo patriarcal, identidade de gênero;
- d) SECR instituir processos que possibilitem monitorar os Acordos, Convenções e Protocolos internacionais de eliminação da discriminação racial garantindo o recorte da orientação sexual;
- e) SECR deva estimular a implementação de ações no âmbito da administração pública e da sociedade civil, de combate às fobias LGBTQIA+ e inclua o recorte de raça, etnia e gênero;
- f) SECR apoiar a elaboração de uma agenda comum entre o movimento negro e movimento LGBTQIA+ e, a realização de seminários, reuniões, oficinas de trabalho sobre a temática do racismo e da homofobia. (BRASIL, 2004, p. 26)
- g) SECR instituir condições de revisar marcos regulatório das políticas LGBTQIA+, de âmbito nacional, identificando seu enlace com a luta antirracista;

Eixo IV – Racismo Religioso

O racismo religioso impera historicamente no Brasil, antecede a constituição do ordenamento jurídico brasileiro, segundo estudo era regido por Ordenações do Reino de Portugal (1603-1830), a Constituição de 1824 definiu o catolicismo como religião oficial do Império, garantindo, no entanto, a liberdade de culto de outras religiões, desde que exercido em ambiente doméstico e sem ostentação de templos. Somente a partir da Constituição de 1988, consagrou-se no Brasil o direito à ampla liberdade de crença e de culto, excluindo-se as condicionantes de respeito à ordem pública e aos bons costumes, estabelecidas nas constituições anteriores. Porém a força do racismo estrutural, mesmo após a garantia da plena

liberdade religiosa em sede constitucional, as religiões afro-brasileiras continuam enfrentando, em diversas esferas, tratamento jurídico, político e social desfavorável.

Neste sentido a laicidade do Estado sempre foi uma falácia, o Estado criminaliza as religiões de matriz africana e, de suas lideranças religiosas, o apedrejamento, destruição de objetos sagrados, a violência física, demonização da fé e, até mortes tem ocorridos em todo território brasileiro. As religiões afro-brasileiras tem a tradição ritual em ambiente doméstico, a partir e em torno da "família e comunidade do Axé", com minucioso legado ritualístico de matriz africana resistem e persistem na liturgia que resultaram em grande medida, das tecnologias ancestrais aplicadas como estratégias de sobrevivência diante das restrições impostas pela ordem jurídica, no processo de edificação da nação brasileira, a sexta Região nossa diáspora africana. A ancestralidade e os valores praticados entre os povos de terreiros são elementos fundamentais para a resistência. “Os povos de terreiros têm uma forma própria, de subsistência e, uma engenharia de proteção intrinsecamente voltada, a sua fé e aos seus valores relacionados à natureza e o cuidado ao outro”. A SECR/PT deve estar incondicionalmente comprometida, com a defesa deste legado ancestral, impulsionando o diálogo intersetorial, de forma transversal, integrada, partilhada e compartilhada para dentro e fora do PT, desconstruindo preconceitos em defesa da laicidade do Estado, contra neopentecostal fundamentalista.

Diretriz

- a) A SECR deva impulsionar Diálogos (seminários, debates, roda de conversa), sobre Estado Laico e Racismo Religioso, e o impacto biopsicossocial da discriminação oriundas das ações de intolerância;
- b) A SECR organizar uma jornada de luta e disseminar como objeto de formação os conhecimentos sobre a Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, considera crime a prática de discriminação ou preconceito contra religiões, a sobre Lei 128/2015 Estatuto da Religião, da Lei Federal 11.635 que institui dia 21 de Janeiro o Dia Nacional da Intolerância Religiosa, Lei Federal nº 9.982 – Dispõe Sobre a Prestação de Assistência Religiosa, Lei Federal nº 8.213 – Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, Lei Federal nº 4.898 – Regula o Direito de Representação nos Casos de Abuso de Autoridade;
- c) A SECR instituir incidência política no Estado para a criação de Delegacias de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância;

Eixo V – Meio Ambiente

O impacto do racismo ambiental, como geradora da institucionalização da aplicação desigual da legislação e, sempre esteve presente na vida da população preta, a partir dos extermínios de povos originários, sendo retroalimenta e reconfigurado em consonância com a conjuntura sociopolítica, e a força da especulação imobiliária e, mega empreiteira nas cidades e, no campo o agronegócio, mineradora, petrolíferas. A pauta referentes à sustentação ambiental está diretamente conectada a prática de racismo ambiental nos territórios, que se conecta diretamente com a pandemia, isto é exploração da terra e, de vidas existentes nela, causador de injustiças cometidas contra populações vulnerabilizadas pelos sistemas de dominação, Quilombolas, povos originários e populações tradicionais enfrenta grileiros, a marinha, agronegócio, construção de barragens, o mercúrio dos garimpos, entre outras formas de destruição da biodiversidade, na cidade os bolsões de pobreza nas periferias, moradia em áreas de risco, ausência infra estrutura social, poluição industrial, lixões e aterros sanitários, incineradores e outras mazelas oriundas do capital. Incidir nesta agenda promovendo ações intersetoriais transversais, que fortaleçam a luta no campo e na cidade. A SECR construir condições e fomentar um conjunto de ações com a Setorial de Meio Ambiente, voltados para enfrentamento ao racismo ambiental na pauta geral do meio ambiente.

Diretriz

a - A SECR construir junto com a Setorial de Meio Ambiente a pauta e, questões referentes aos impactos, do racismo ambiental nos territórios das desigualdades da cidade e do campo: quem paga e quem se beneficiam das políticas ambientais e industriais, contribuir para a garantia dos direitos de populações frente às injustiças ambientais e aos processos de mercantilização da natureza, exploração da saúde humana para a obtenção de benefícios econômicos, da legitimação da exposição humana a produtos químicos nocivos, agrotóxicos e substâncias perigosas,

b - A SECR com a Setorial de Meio Ambiente e apoio da FPA, programas de formação política, de produção de conhecimento e, de incidência em políticas públicas que dão visibilidade à questão, do racismo ambiental na agenda da Setorial de Meio Ambiente, tendo como uma de suas causas a “Promoção da Justiça Ambiental, a defesa dos Bens Comuns e, dos direitos territoriais”

c – A SECR impulse por meio de um Colegiado Intersetorial, a definição de estratégias de lutas que fortaleçam e, defende que os recursos ambientais são bens coletivos, para o presente e para o futuro, devendo sua apropriação e sua gestão ser objetos de debate público e de controle social, centrados no direito à moradia a cidade;

d – SECR e a Setorial de Meio Ambiente impulsionar os conhecimentos referentes ao racismo ambiental, uma vez que é geradora da institucionalização da aplicação desigual da legislação, da imposição de exigências de provas às vítimas e não às empresas poluentes, do favorecimento do desenvolvimento de tecnologias perigosas, da exploração da vulnerabilidade de comunidades que são privados de seus direitos econômicos e políticos, de entre outros.

Eixo V – Sindical

O racismo estrutural e, suas múltiplas vertentes de dominação, sabemos que é no mundo do trabalho a população preta, enfrenta as maiores iniquidades no acesso, na permanência, na hora da demissão, na informalidade, portanto vivenciam a permanente situação de precariedade das relações trabalhistas na nova reconfiguração da classe trabalhadora flexível, reduzindo o papel do Estado esvaziando, destituindo estruturas e, instituições públicas de justiça do trabalho, a exemplo o próprio Ministério do Trabalho e Emprego um desmonte total. Sendo as mulheres pretas potencialmente mais atingidas, pelas forças do racismo patriarcal e do capital e, é a maioria desempregada no trabalho doméstico que é majoritariamente feminino e preto, ocupam a base da pirâmide desenvolvimento, em todas as áreas sociais, sendo em sua maioria mãe solo e arrimo de família e comunidades.

Estas iniquidades se refletem nos processos de organização sindical das categorias profissionais da cidade e do campo, aliados aos impactos das mudanças no padrão de regulação social do trabalho, na atual conjuntura o movimento sindical no Brasil, fascista as reformas destruidoras de direitos, a trabalhista e da previdência social que impactaram diretamente na dinâmica sindical no enfrentamento ao capitalismo contemporâneo de plataforma (Uber, fastfood), que aliados aos avanços tecnológicos que reduz o custo de produção, aumenta produtividade, impulsionando o cenário de precarização das relações trabalhistas, aumento das desigualdades e, concentração de riqueza, gerando desemprego, miséria e fome. A fragmentação, a estratificação aprofundada na pandemia, o trabalho home Office, com a alta rotatividade e a pulverização, cria uma nova realidade, na qual os trabalhadores não dividem mais um mesmo local de trabalho, o que impede a criação de laços de solidariedade através do compartilhamento dos problemas e das expectativas comuns. As culturas do individualismo e do empreendedorismo completam o quadro, dificultando também a construção de uma organização coletiva. Neste sentido a SECR, deve impulsionar estreitamento intersetorial transversal, com a Setorial Sindical para o aprofundamento da agenda de enfrentamento ao racismo estrutural, institucionalizado nas relações trabalhistas.

Diretriz

a - A SECR impulse ações intersetoriais com a Setorial Sindical para construção de uma Plataforma Transversal de lutas comuns, no combate ao racismo, ao patriarcado, as fobias LGBTQIA+ e, a promoção da igualdade para o além de políticas de garantidoras de emprego, e impulsionar o estímulo à atividade produtiva, nas Regiões apontando o perfil produtivo dos respectivos territórios;

b - SECR e Setorial Sindical aprofundem o debate e sobre políticas de ações afirmativas nos setores intensivos em força de trabalho, que impulsionem a ampliação e o fortalecimento das redes de proteção social e trabalhista (Silva, 2020), são impeditivos para conter os impactos das crises atuais, assim como acirramento da iniquidade racial existentes no mundo do trabalho;

c – SECR e Setorial Sindical junto com a FPA, construam diálogos voltados para oferta, de cursos sobre combate ao racismo, ao sexismo, as fobias LGBTQIA+ e, pessoas com deficiência pretas centradas nos 3 Eixos Matriciais: Formação permanente; Neofascismo e Política Pública na Região e, Pauta de Ação Política no Movimento Social.

d – SECR e Setorial Sindical faça incidência política junto ao Congresso Nacional, Senado Federal para revogação da EC95, dos princípios que norteiam os direitos trabalhistas, e previdenciários retirados pelas reformas destruidoras de direitos conquistados com muitas lutas tendo o enfrentamento ao racismo como estratégicos para a retomada da agenda de desenvolvimento social e econômico, garantir geração de trabalho e de renda;

Eixo VI – Cultura

Sabemos que a diversidade cultural é um dos maiores patrimônios do Brasil, fruto de nossa formação histórica de colonização escravista, povos originários aqui presente a mais dez mil anos segundo estudos geológicos, antropológicos, sociológicos e, o Brasil recebeu o mais expressivo contingente de africanos escravizados do mundo. Neste sentido, (primeiro vem o reconhecimento, legitimidade e o mapeamento), o país abriga a maior população de origem africana fora da África, construíram à sexta região nossa diáspora africana e uma cultura impregnada de africanidade - da música à culinária, da língua à religiosidade - que se afirmar nos modos de organização comunitária e nas práticas sociais cotidianas. Os territórios da cultura são múltiplos e suas fronteiras flexíveis e superpostas: cidade, campo e floresta; capital e interior; centro e periferia; litoral e sertão; ao abordar essa rica tradição, na seção dedicada à cultura, o Estatuto da Igualdade Racial menciona as seguintes manifestações culturais: sociedades negras e outras formas de manifestação coletiva têm reconhecimento oficial garantido, desde que

comprovem sua trajetória histórica, o que pode ser feito com a existência de um patrimônio histórico e cultural.

Pesquisas recentes indicam que a economia da cultura é uma das que mais cresce no mundo. Ela engloba as indústrias culturais (editorial, fonográfica, audiovisual); a mídia (jornais, rádio e TV); as expressões da cultura (artes cênicas, artes visuais, literatura, música, cultura popular); as instituições culturais (museus, arquivos, bibliotecas e centros culturais), os eventos, festas e exposições; outras atividades criativas como a publicidade, a arquitetura e o design (gráfico, de produtos, da moda e de interiores), além do turismo cultural. Neste sentido assegura a preservação de usos, costumes, tradições e manifestações religiosas das comunidades remanescentes de quilombos e confere atenção especial aos documentos e sítios históricos tombados, sendo fundamental garantir a diversidade dentro da diversidade: a diáspora africana tem múltiplas e diversas bases da civilidade, cosmovisão e culturas e não se resume ao samba, assim como a religiosidade africana não se restringe à umbanda e ao candomblé. E, recebemos milhares de povos africanos de diversas regiões do continente, em períodos distintos, e cada povo deixou um legado ético político cultural. Neste sentido, a SECR em ação transversal com a Setorial de Cultura, aprofundar o diálogo intercultural que será eficaz se tiver como ponto de partida o respeito mútuo e o reconhecimento da dignidade inerente a todas as culturas, sem perder de vista de que no mundo contemporâneo a cultura e as identidades culturais estão na base de inúmeros conflitos, no Brasil.

Diretriz

a - Por meio da ação Intersetorial transversal impulsionar o mapeamento das manifestações culturais da população negra e, de povos originários que fazem parte da história e das tradições de cada localidade, com o cuidado de não se limitar ao óbvio e de fugir do estereótipo, da espetacularização e da apresentação das características africanas e de povos originários com estereótipos discriminatórios e, ou de algo deslocado e “exótico”;

b – A SECR e Setorial de Cultura junto com a FPA, elaborar cursos sobre cultura, território e desenvolvimento regional, patrimônio cultural, meio ambiente e turismo étnico, economia criativa, a sustentabilidade das cadeias produtivas de cultura, voltadas para uma cidade e um Estado como espaço de produção, intervenção e trocas culturais, garantia de direitos e acesso a bens culturais;

c - A SECR e Setorial de Cultura impulse a garantia da diversidade cultural e a proteção do patrimônio cultural do país, incluindo as “manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras”, instituídas na CF 1988 § 2º do artigo 215, por exemplo, diz que a “lei disporá

sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais”;

d - A SECR e Setorial de Cultura fortalecer a pauta sobre a necessidade de se institucionalizar com urgência o Sistema Nacional de Cultura - SNC, a fim de organizar as políticas culturais, combinando o respeito à autonomia dos entes com a necessária interdependência e cooperação;

e - A SECR e Setorial de Cultura incidir na agenda do Estado, para implantar as políticas e medidas que eles julgarem apropriadas para proteger e promover a diversidade das expressões culturais existentes em seus territórios, tendo presente que cabe proteção especial aos grupos mais vulneráveis às dinâmicas excludentes da globalização nos territórios das iniquidades no Brasil. Estes acúmulos devem subsidiar o diálogo entre SECR e a Setorial de Cultura;

f - A SECR e Setorial de Cultura promover debates, seminários sobre as leis, as normas e, os procedimentos do Sistema Nacional de Cultura, definem como interagem as suas partes, isto é, os entes na gestão da **Política Nacional de Cultura** e o **Modelo de Gestão Compartilhada** são as qualidades inovadoras que lhe dão unidade.

Eixo VII – Direitos Humanos

A despeito da igualdade formalmente consagrada pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), a sociedade brasileira ainda não alcançou, em termos práticos, uma democracia racial, embora sejam inegáveis os avanços alcançados em virtude da implementação de políticas públicas afirmativas para acesso às universidades e a cargos públicos federais. Decorridos mais de 130 anos da abolição da escravatura e mais de 30 anos da promulgação da CF/88, dados oficiais revelam que ainda é abissal a desigualdade sociorracial entre brancos e negros no Brasil, em relação ao acesso a direitos fundamentais como saúde, educação, segurança, moradia e trabalho, e que são enormes, também, os registros de atos de violência contra negros, em muitos casos praticados pelo próprio aparato policial do Estado. Para a compreensão desse quadro de desigualdade racial, são apontados os fatores históricos que permearam a formação da sociedade brasileira, levando à construção de uma cultura marcada pelo racismo.

Neste sentido a SECR e a Setorial de Direitos Humanos, por meio de ações intersetoriais transversal aprofundarem em termos substanciais, que a democracia racial, no Brasil, ainda representa um mito-ideologia de autoengano (MOORE, 2007), que precisa cada vez mais ser reconhecido como tal, sem romantismos, disfarces ou ocultações. Nesse sentido, admitir a desigualdade e iniquidades raciais deve ser o primeiro passo para combatê-la.

Diretriz

A – A SECR e a Setorial de Direitos Humanos instituírem parceria com FPA, para organizar cursos de formação sobre a temática da desigualdade racial, que deve ser pensada e compreendida de maneira mais ampla, articulando-se as violências produzidas pelo racismo, pelo capitalismo e pelo cis hétero patriarcado, dentro da ideia de interseccionalidade de forma transversal;

B - A SECR e a Setorial de Direitos Humanos organizarem encontros, seminários referentes aos programas de ação afirmativa, que institui as políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas públicas e privadas no processo de formação social do País;

C - A SECR e a Setorial de Direitos Humanos efetivem por meio de ações transversais o espírito de igualdade e de combate ao racismo, trazido pela CF/88, foi editado o Estatuto da Igualdade Racial, por meio da Lei nº 12.288/2010, com o objetivo de garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Novas Perspectivas para a militância étnico racial no PT-SP (2017-2021)

NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS!

O intuito, desse texto é apresentar as diretrizes e as ações do programa que tocamos frente à secretaria de combate ao racismo do partido dos trabalhadores no estado de São Paulo, assumi à secretaria compromissado junto com o coletivo e à secretária-adjunta Sandra Mariano, de restabelecer o protagonismo da luta antirracista no partido, ancorados na responsabilidade de garantir uma ampla unidade de grupos, tendências, coletivos e indivíduos, em defesa do partido, do companheiro Lula, da classe trabalhadora e o enfrentamento concreto do racismo estrutural e institucional.

Acreditamos, que a luta pelo socialismo passa também por essas pautas, que são estruturantes na nossa sociedade. Passados 133 anos da abolição inacabada, a desigualdade social que é gritante, nessa pandemia escancarou os números de miseráveis, artifício próprio do capitalismo, quando fazemos um recorte de raça compreendemos que os mais de três séculos de trabalho forçado, ainda desestrutura a nossa sociedade no conceito de classe e raça, a não reparação a essa brutalidade de nossa história, nos levou a um grande índice de pobreza e exclusão da população negra, o racismo retroalimenta a manutenção das desigualdades aparadas pelas instituições do estado brasileiro.

O PT, precisa compreender essa situação e trabalhar com o compromisso de organizar a luta, conciliando as perspectivas de classe e raça é primordial para que possamos alcançar a maioria dos trabalhadores assalariados e desempregados. Enfrentar a violência policial, e denunciar o constante extermínio da população pobre, preta e periférica em especial os jovens é uma ação constante que deve ser pautado por todas as lideranças partidárias.

O principal desafio, que enxergamos é aprofundar as lutas populares, em defesa dos direitos sem abrir mão de denunciar o racismo, o machismo, a lgbtfobia e as outras opressões, ocupar as ruas em defesa da cassação da chapa BOLSONARO-MOURÃO, defender uma nova constituinte, onde que temas como a segurança pública e a reparação histórica ao povo negro e indígena, sejam retomadas, e para isso eleger Lula para presidente é central, ampliar a bancada estadual e federal e enfrentar os tucanos e bolsonaristas em São Paulo com Haddad, é uma das principais trincheiras pelo qual o nosso partido está sendo convocado para enfrentar no próximo período, para nós que trilhamos na defesa da representatividade racial nas chapas majoritárias, esse assunto não deve ficar à margem das discussões estratégicas do partido, devemos reafirmar a disposição da secretaria de pleitear que a vaga do senado, deva ser de uma liderança negra de preferência, que seja uma companheira negra, já comprovamos vide 2018, que temos inúmeros quadros em nossas fileiras.

O desmonte do estado brasileiro, sob a batuta dos racistas e dos neoliberais advindos do golpe na presidenta Dilma com a reforma trabalhista, reforma da previdência, da

privatização da ELETROBRAS, o desmantelamento das políticas de promoção da igualdade racial, e a tentativa dos Correios e da Petrobras nos coloca em alerta constante.

O governo do tucano Dória, fruto dessa conjuntura de ódio ao partido e as nossas lideranças, tentou privatizar o Butantã antes da crise, senão fosse atuação vigorosa de nossa bancada a tragédia da pandemia em busca por vacinas poderia ter sido pior, apoiamos também a criação da CPI da Abordagem Policial na ALESP, iniciativa que pode expor e constatar o óbvio, que os agentes de segurança pública do estado, muitos oriundos das periferias, são pagos e doutrinados para perseguir jovens, pretos e periféricos.

Para dar conta desses grandes desafios, acredito que o nosso trabalho não pode parar, defendemos uma ampla unidade programática entre negros, indígenas e antirracistas do partido, o setorial de combate ao racismo sempre foi um espaço plural e democrático, e essa deve ser o nosso compromisso, o momento não deve ser para a famosa disputa de maiorias versus minorias, o nosso objetivo tem que ser no sentido de construir um programa concreto para o próximo período, com a ampla participação das tendências, campos, coletivos, grupos e pessoas. Vamos gastar as nossas energias, organizando os corações e mentes do nosso povo tão sofrido com essa pandemia, somados as desigualdades históricas são devastadores para muitas famílias.

Fizemos uma coletânea de diretrizes e ações da qual realizamos frente a secretaria nos últimos anos do qual apresento logo abaixo:

DIRETRIZES:

- Fortalecimento da relação da secretaria junto ao calendário de lutas do movimento negro;
- Atividades próprias e coletivas;
- Disputa do Protagonismo Racial internamente no partido;
- Articulação Institucional junto as nossas bancadas;
- Priorizar os espaços coletivos e organizativo da Secretaria;
- Defesa irrestrita do Presidente Lula (Antes, durante e pós prisão)
- Organização de Candidaturas Negra, Indígenas e Antirracista, espaço democrático na construção dos programas de governos e participação na chapa majoritária;

AÇÕES

- **Fortalecimento da relação da secretaria junto ao calendário de lutas do movimento negro, movimentos populares e sindical:**

1. Retornamos institucionalmente a participação da SECRPT-SP, na organização da Marcha do Dia 20 de Novembro em conjunto com os movimentos uma reivindicação antiga dos militantes do movimento negro que são filiados ao partido e sentia falta da presença na organização e mobilização na Capital, Campinas, Guarulhos e outras localidades;
2. Participação ativa nas atividades de denúncia do dia 13 de maio;
3. Organização das atividades de denúncia do brutal assassinato de Marielle Franco em parceria com PSOL e movimento negro;
4. Acompanhamento do Fórum SP sem Racismo;
5. Atividades de denúncia do racismo religioso, destaque para a nossa companheira Solange Machado que esteve em Brasília no julgamento da ADPF sobre abate para fins religioso;
6. Colaboração com o Cordão Carnavalesco Teresa de Benguela na Zona Leste;
7. Organização de uma delegação para participar do FSM em Salvador em conjunto com as secretarias LGBT, Mulheres e Juventude;
8. Atividades da CONEN, atividades do MNU e atividades sindicais da Secretaria estadual de Igualdade racial da CUT-SP e da Comissão de igualdade racial dos metalúrgicos do ABCD e no SINDSAUDE DO ABCD;
9. Participação de atividades dos movimentos de moradia uma delas do Movimento Vermelho Pra Lutar e na Vila Soma em Sumaré;
10. Atividade em Ribeirão Preto do Instituto Plural;
11. Atividade do Coletivo Democracia Corintiana;
12. Participação do ato Proteja seus Pretxs, organizado pelo coletivo AFROMACK

- **Atividades próprias e coletivas:**

1. Debate sobre a abolição inconclusa;
2. Celebração dos 100 anos de Mandela na Pça do Patriarca
3. Rodas de Conversas sobre diversos temas que depois serviu de subsidio para a construção do programa de governo do Marinho;
4. Avaliação dos 100 dias do Governo Dória do ponto de vista racial;
5. Roda de Conversa no Quilombo de Ivaporunduva em Conjunta com a Secretaria setorial de Meio Ambiente e Desenvolvimento;
6. Atividade no Vale do Paraíba na cidade de Aparecida do Norte;
7. Criação de Núcleos de Base como o Dandara em Suzano.

- **Articulação Institucional junto a nossa bancada:**

1. Criação do NUPIRCR NA ALESP;
2. Participação de audiências públicas promovida por nossos parlamentares, destaque na Capital para o Vereador Reis em inúmeras frentes como a luta pelo retorno do órgão de promoção da igualdade racial, pela aprovação do museu afro na liberdade, inúmeras audiências públicas e acompanhamento da

Frente Parlamentar de Igualdade Racial, o Vereador Alfredinho, Juliana Cardoso e Donato sempre convidaram a secretaria para interagir junto as suas atividade do qual tratava a temática de combate ao racismo;

3. Atividades do nosso único deputado federal negro companheiro Vicentinho;
4. Atividade promovida pelo Vereador Claudio Ramos em Ferraz de Vasconcelos
5. Jornada Nacional de Legislação Antirracista;
6. Reunião com as Candidaturas Eleitas em 2020;

- **Defesa irrestrita do Presidente Lula (Antes, durante e pós prisão):**

1. Criamos em janeiro de 2018 o Comitê Popular de Negras/os em Defesa da democracia e do direito Lula ser candidato;
2. Criação de Comitês Regionais destaque para o ABCD e da Macro Campinas de âmbito regional e os inúmeros locais;
3. Foram confeccionados camisetas e adesivos para impulsionar os comitês e colabora no financiamento de ações;
4. Participamos da Vigília em Curitiba sendo que uma delas foi uma delegação própria para participar da atividade chamada pela Secretaria Nacional;
5. Estivemos presente nas inúmeras ações de rua organizada pela Frente Brasil Popular;
6. Participamos ativamente do Comitê Lula Livre;
7. Atividade de Rua em celebração à Nelson Mandela fizemos um paralelo com as injustiças sofridas por Lula;

- **Priorização dos espaços coletivos e organizativo da Secretaria:**

1. A secretaria junto ao coletivo organizou inúmeras atividades ampliadas;
2. Nas duas eleições (2018/2020) constituímos um GTE da secretaria para dedicar na organização das eleições;
3. Estamos desde o início da gestão organizando coletivos municipais destaque para as cidades da Macro Baixada e Interior por exemplo cidades como Rio Preto;
4. Dialogo frequente junto aos coletivos existente destaque para a relação constante com a secretaria da Capital;
5. Participação efetiva nos fóruns da Secretaria Nacional;
6. Relação Inter-secretarias, destaque para as inúmeras ações realizadas em conjunto com a secretaria de mulheres, LGBTQI+, Juventude, Cultura, Meio Ambiente e demais setoriais;
7. Apoio ao Movimento Theodosina Ribeiro;
8. Realização do Grupo de Conjuntura espaço de reflexão;

- **Organização de Candidaturas Negras, Indígenas e Antirracista, espaço democrático na construção dos programas de governos e participação na chapa majoritária:**

1. Adesão das candidaturas à deputados/as Campanha um Voto Com Raça e Classe;
2. Oficina de Planejamento para as candidaturas à deputados/as;
3. Participação presencial nas campanhas proporcionais que demandavam da secretaria presença;
4. Participação efetiva na Construção do Programa de Governo do Marinho a partir das rodas de conversas temáticas;
5. Debate Central sobre a representatividade negra e indígena na chapa majoritária do partido, esse processo resultou na disputa do encontro estadual de uma vaga na chapa do senado e depois composição das duas suplências de duas lideranças negras naquela vaga;
6. Encontro do nosso candidato à Governador marinho com Lideranças do movimento negro;
7. Contribuição na coordenação das campanhas de Marinho Governador, Eduardo Suplicy senador e Jilmar Tatto sendo que nesse último o acompanhamento forte nas suas agendas de campanha;
8. Participação como observador no Comitê do Fundo Eleitoral nas eleições de 2020;
9. Seminário online com as candidaturas à vereadores/as;
10. Organização da Cartilha com diretrizes para Organização dos programas de governos municipais e de atuação parlamentar para orientar as pré-candidaturas, ação que contou com a participação do Prof. Ramatis Jacino;
11. Realizamos 186 lives Voto Com Raça e Classe com intuito de dar visibilidade para as nossas candidaturas;
12. Fórum de Candidaturas Negras e Indígenas Majoritária;
13. Garantir a participação efetiva de lideranças negras no lançamento da nossa candidatura majoritária e com liberdade para expressar o que pensa.

- **Disputar o Protagonismo Racial internamente no partido:**

1. Participação efetiva nas reuniões de executiva e diretório estadual;
2. Garantir a participação nas coordenações de campanhas das nossas candidaturas majoritárias;
3. Lutar para acompanhar o comitê do fundo eleitoral;
4. Diálogo franco com as lideranças partidárias sobre a baixa representatividade negra e indígenas nos assuntos estratégicos do partido;
5. Promover Avaliação dos processos eleitorais;
6. Reunião com Lideranças Negras e Indígenas eleitas;

7. Defesa das nossas representações no parlamento sendo expressando em notas de apoio e até convite para que a executiva escute e acompanhe os casos mais delicados;

Tese da Chapa “Enegrecer o PT para enegrecer São Paulo!”

O partido dos trabalhadores, que nasceu com a missão de organizar essa classe, sempre teve consciência de que dentro da luta de classes havia especificidades identitárias na luta dos trabalhadores.

Essa consciência era oriunda dos movimentos negros de fabulosa história que ajudaram fundar e formar o partido. Outros seguimentos da sociedade também tiveram similar importância.

Vinte e cinco anos depois, a criação das secretarias de combate ao racismo, consolidada no congresso do partido naquele ano, foi motivo de comemoração, mas também o início de uma tarefa árdua, que foi a sua própria consolidação como instrumento de criação e fomento às políticas públicas para o povo negro, visando eliminar as desigualdades causadas pelo fato de não ter havido uma abolição real após quase quatro séculos de escravidão.

Foram inúmeros e inquestionáveis os avanços conquistados desde então, como ministérios e secretarias de igualdade racial, que com suas transversalidades trouxeram significativos avanços na consciência, saúde e educação do nosso povo.

Entretanto, algumas importantes fragilidades nas nossas ações ficaram expostas: não fomos suficientes em informar e mobilizar nosso povo em torno da lei que obriga o ensino da história da África e do povo negro no Brasil. Apesar dessa ser um extraordinário avanço, pouca aplicação tem na vida escolar real; a falta de um diálogo efetivo e organizado com nosso povo nas ruas, visando que esse compreendesse que golpe de 2016 destruiria avanços e penalizaria de maneira profunda principalmente a população negra; a falta de ação que pudesse fazer com nosso povo percebesse o risco de se votar em alguém declaradamente racista compõe alguns dos exemplos, junto com o afastamento dos movimentos que dialogam conosco, como escolas de samba, terreiros, juventude do funk, dos slams e das batalhas de rima, fartos em nosso estado, além de grupos culturais, afros entre outros.

Dessa maneira passamos a dialogar com nós mesmo. Apesar de ser prazeroso, nos afasta do combate que temos obrigação de travar.

Tenho firme convicção de que o que foi feito até agora foi de suma importância. Mas também estou convicto de que é preciso avançar com radical celeridade.

Coloco meu nome à disposição com os seguintes objetivos e propostas de trabalho, a seguir:

_ O conservador e racista estado de São Paulo tem que ser observado e assistido pela secretaria em toda a sua dimensão, para além das macros, já que existem companheiros isolados tentando se organizar.

Urge agendas permanentes de contato e auxílio político a esses companheiros lembrados somente em campanhas internas e externas e às vezes nem isso.

Ao contrário do usual, a secretaria deve procurá-los, mapeá-los, e se colocar à disposição. Se muitos conhecem os ataques racistas na capital, esses mesmos ficariam chocados com o que acontece no interior profundo com irmãos que resistem bravamente, a maioria das vezes sem nenhum apoio.

Sei das dificuldades, mas se essas parassem nossas ações, zumbi ou Benedita da Silva sequer seriam conhecidos.

_ Todos companheiros tem contato, em maior ou menor grau com grupos negros organizados, que vão desde escolas de samba, pastorais afros, religiões de matriz africana, grupos culturais de juventude. Sei que nem todos são próximos ao PT. Mas é plenamente possível, através dos companheiros, mapeá-los e abrir diálogo, com respeito a eventual divergência ou forma de organização interna delas.

Sei porque faço isso cotidianamente. Com dificuldades, mas faço junto com nosso coletivo na zona leste. Não se pode mais haver deslocamento entre a secretaria de combate ao racismo do PT e o povo negro organizado. Isso nos tem feito perder a disputa de hegemonia do nosso pensamento até para racista. Isso requer esforço e organização. Mas, principalmente, vontade política.

- É preciso mapear os diretórios, zonais, macros e municipais e conversar com todos os negros que votaram no último PED. Assim teremos uma visão real de como estão organizados. A necessidade de cotas para a eleição interna não permite ter certeza de quem está ativo ou não. Nesse caso, é preciso fazer contato.

Na juventude negra está concentrada a maioria dos desempregados de nosso estado. Temos que ter propostas concretas de políticas públicas atualizadas com a nova realidade do mundo do trabalho. E ouvi lós. Isso é fundamental. É urgente que se pare de propor apenas cultura e esporte e lazer aos jovens. Isso é importante. Mais boa parte já são pais e mães e tem necessidades ainda mais urgentes do que essas. É nossa tarefa o diálogo para que tenhamos propostas antenadas com a realidade dos jovens.

_ É preciso ter proposta urgente para a questão da violência, de moradia e saúde da mulher negra. Bem sei que nosso partido tem políticas claras nesse sentido, mas é preciso enegrecê-las. Também é tarefa da nossa secretaria, nosso partido, em outra grande conquista, estabelece vinte por cento de negros nos cargos de direção. Entretanto, isso não se materializa nos espaços de governos quando ganhamos as eleições e partimos para a composição de governo. A maioria da base social do nosso partido é negra. Isso não se reflete na composição de secretarias tampouco nos espaços de segundo e terceiro escalão. Isso no país de maior população negra depois da Nigéria. Devemos lembrar que apesar de nosso partido ser antirracista, é uma instituição em um país escravocrata onde vigora o racismo institucional. Se não abirmos os olhos de nossos companheiros, eles continuarão a agir inconscientemente da mesma maneira. Não é possível que aos negros fiquem reservados cargos de "negros". Temos engenheiros urbanos, economistas, jornalistas entre várias outras formações. É urgente fazer esse debate e enfrentamento.

Essas propostas certamente já foram debatidas à exaustão. O que eu proponho é colocá-las em prática. Temos que nos unir em torno de um projeto político sólido, que nos dê condições de dialogarmos com nosso povo nas ruas, de derrotarmos o fascismo nas próximas eleições. E quando estivermos dialogando, é fundamental não infantilizarmos nosso povo.

É preciso fazer um debate franco e sincero. Assim daremos nossa contribuição ao avanço da consciência de nossos irmãos, unindo experiência com novas atitudes.

Assim elegeremos Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Haddad!

Um fraterno abraço. Muito AXÉ!!!

TEMA: EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA A POPULAÇÃO AFRODESCENDENTE,

Desde a publicação da Lei Federal 10.639/03, uma inovação sem precedentes vem acontecendo no Brasil e impõe um grande desafio: o de retirar dos subterrâneos da História as vivências e experiências dos africanos e afrodescendentes, até então mantidas na invisibilidade, como se não tivessem acontecido ou fossem de pouca monta.

O que fica patente é que a inclusão das trajetórias e memórias do Povo Negro contribui decisivamente para nos fornecer uma visão mais justa e completa do passado, revelando-nos o que realmente somos uma sociedade multiétnica e multirracial.

A história dos afro-brasileiros não devem ser escritas e estudadas em perspectiva eurocêntrica assim como a sabedoria enraizada na experiência de ser africano ou africana na diáspora, como são originalmente os negros/negras brasileiros, não têm como ser apreendida e compreendida separadamente das histórias e culturas dos povos africanos.

É necessário sublinhar que, ao lutarem contra o racismo e as decorrentes desigualdades, os negros, descendentes dos africanos escravizados, também abriram e continuam abrindo oportunidades para que os descendentes dos escravizados tenham iniciativas que visem reconstruir uma sociedade livre das exclusões e preconceitos que seus antepassados cultivaram. Eles não são responsáveis pelo que fizeram seus antepassados, mas tem que, como cidadãos, combater o racismo e decorrentes desigualdades sociais. Senão o fizerem por solidariedade, que o façam por justiça, pois muitos deles usufruem de bens materiais que obtiveram com a exploração do trabalho dos escravizados e de seus descendentes.

Tivemos grandes avanços na Educação, nos governos do Presidente Lula e Dilma com o Prouni e Pronatec, nossos jovens negros/negras teve acesso à universidade pública, mas não o bastante, ainda nos falta uma escola pública de qualidade e agregadora, respeitando a diversidade e se faça cumprir na grade curricular a Lei 10.639/03. Outro aspecto é abordagem policial contra os jovens negros, de forma abusiva, não respeitando os seus direitos que acaba culminando em morte, provocando um verdadeiro genocídio da juventude negra e pobre das periferias. Lutamos por uma educação inclusiva e de qualidade no ensino público, que respeita sua diversidade e atendam os principais

tópicos:

- Cumprimento da Lei Federal 10.639/03, em todas as suas dimensões;
- Um currículo significativo em que os Educandos Afrodescendentes resgatem sua memória com autoridade e autoestima;
- A diversidade cultural e histórica como processo de igualdade de direitos e Combate ao Racismo Estrutural;
- Garantia das Cotas em todas as formas de representações étnicas e de gêneros.

Assinam esse documento/tese

Coletivo da Chapa Resiliência, O Povo Negro Resiste